

O **Boletim Informativo** da Divisão de Biblioteca inicia sua publicação quinzenal a partir desse mês de julho, e tem por objetivo trazer informações seletivas institucionais, jurídicas e culturais.

Divisão de Biblioteca

Equipe:

Elaine Cristina Ribeiro

Felicidade de Fátima

Josiane Neves

Lanalucia Figueiredo

Mário Machado

Contato: 32053351

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Facebook: biblioteca TJPA

Visite nossa página:

<http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml>

INSTITUCIONAL

Normas publicadas no **Diário da Justiça** no mês de **junho**, selecionadas para cadastro no sistema da Biblioteca:

RESOLUÇÃO nº14/2016- Institui o **Código de ética** do Tribunal de Justiça do Estado Pará.

RESOLUÇÃO nº15/2016- Dispõe sobre o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (**NUPEMEC**) e os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (**CEJUSC**), revoga a Resolução n.º 011/2013-GP e dá outras providências.

RESOLUÇÃO nº16/2016- Regulamenta o serviço de **Plantão Judiciário** do Poder Judiciário do Estado do Pará, em 1º e 2º graus.

RESOLUÇÃO nº18/2016- Reajusta do valor da **Gratificação de Atividade Externa (GAE)**.

RESOLUÇÃO nº19/2016- Dispõe sobre a **instalação da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital**

RESOLUÇÃO nº20/2016- Aglutina as **Regiões Judiciárias**.

RESOLUÇÃO nº21/2016- Modifica a competência da **1ª Vara de Execuções Penais** da Região Metropolitana de Belém e da **1ª, 2ª e 3ª Varas do Tribunal do Júri de Belém**.

PORTARIA CONJUNTA nº01/2016 - GP/VP/CJRMB- Normatiza e padroniza o recebimento de petições no âmbito do **protocolo judicial e administrativo da Comarca de Belém**.

PORTARIA nº2738/2016-GP- Institui **Grupo de Trabalho** com a finalidade de coordenar o processo de elaboração da proposta estadual de metas nacionais 2017 do TJPA.

PORTARIA nº2870/2016-GP- Institui **pesquisa para elaboração de estudo e diagnóstico nas unidades judiciárias com competência** para processar e julgar os **crimes contra crianças e adolescentes**, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA nº2954/2016-GP- Institui **Grupo de Trabalho** para adotar as determinações constantes da Resolução n.º 215/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PORTARIA nº3047/2016-GP- Declarar, em caráter excepcional, **ponto facultativo nos dias 1º, 8, 15, 22 e 29** de julho de 2016.

PROVIMENTO CONJUNTO nº08/2016- Regulamenta o fornecimento de informações sobre **separações e divórcios** ao **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.

Legislação selecionada- período maio a junho/2016

FEDERAL

Lei nº 13.281, de 4.5.2016 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.286, de 10.5.2016 - Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.285, de 10.5.2016 - Acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.290, de 23.5.2016 - Torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.293/2016, 01/06/2016- Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que “concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios”, para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.300, de 23.6.2016- Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016- Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus **chikungunya** e do vírus da **zika**; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. [Clique aqui](#)

ESTADUAL

Lei Ordinária nº 8.358, de 2 de maio de 2016- Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará o clássico de futebol RE x PA. [Clique aqui](#)

Lei Ordinária nº 8.361, de 11 de maio de 2016- Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes. [Clique aqui](#)

Lei Ordinária nº 8.359, de 3 de maio de 2016- Fica instituída no âmbito do Estado do Pará, a semana de mobilização contra a obesidade infantil, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 11 de outubro, dia mundial de combate à obesidade. [Clique aqui](#)

Lei Ordinária nº 8.360, de 11 de maio de 2016- Institui a semana estadual de conscientização e motivação literária com a arrecadação de livros novos e/ou usados nas escolas e universidades do Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Lei Ordinária nº 8.367, de 30 de maio de 2016- Dispõe sobre a definição das competências dos registros de imóveis do Município de Belém. [Clique aqui](#)

Seleção de notícias-período maio e junho/2016

STJ

Santander terá de fornecer documentos em braile a clientes com deficiência. [Leia mais](#)

Obrigações dos pais de prestar alimentos a filho maior de idade depende de prova. [Leia mais](#)

ECA pode ser aplicado em adoção póstuma de maior, mesmo em pedido feito na vigência do Código Civil de 1916. [Leia mais](#)

Ministro invoca Regras de Mandela e mantém livre condenado com carteira assinada. [Leia mais](#)

Ingratidão do beneficiário pode tornar nula doação de imóvel feita por vítima. [Leia mais](#)

STF

1ª Turma nega desclassificação de homicídio doloso para culposos em caso de embriaguez ao volante. [Leia mais](#)

HC garante prisão domiciliar a mãe de criança de três meses. [Leia mais](#)

Emenda regimental permite julgamento de agravo interno e embargos no Plenário Virtual. [Leia mais](#)

Proibição de doação de sangue por homossexuais é questionada no STF. [Leia mais](#)

Ministro restabelece pensão a menor dependente de avó servidora pública falecida. [Leia mais](#)

SENADO

Comissão quer ouvir Anatel e Oi sobre pedido de recuperação judicial. [Leia mais](#)

Troca de documentos de pessoas transgêneras poderá ser mais fácil. [Leia mais](#)

CÂMARA

Comissão aprova livre escolha de oficina para contrato com seguradora de carro. [Leia mais](#)

Comissão obriga construção de acessos para deficientes em praias urbanas. [Leia mais](#)

MURAL CULTURAL

Evento

CONGRESSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TEMA: **Uma discussão sobre o Novo CPC**

Data: 29, 30 e 31 de agosto

Local: UFPA-Centro de Eventos Benedito Nunes e Instituto de Ciências Jurídicas

Palestrante convidado: **Prof. Dr. Daniel Amorim Assumpção Neves**

Informações e inscrições: www.congressonovocpc.com

Obras disponíveis no acervo da Biblioteca



Através da literatura, projeto online dá voz às vítimas de abuso.

“Certo dia, o padrasto ofereceu à enteada uma carona após o trabalho. Dirigiu até a Praça Pôr do Sol, no bairro Bela Vista, desligou o motor do carro e enfiou a mão debaixo da saia dela, que ameaçou gritar. Ele disse:

– **Pode gritar**, ninguém vai te ouvir.

A cena verídica batizou o projeto dos escritores **Nurit Gil e Robertson Frizero**, ambos radicados em Porto Alegre. A ideia era criar uma plataforma para vítimas de abuso sexual em que elas pudessem, sim, ser ouvidas.

– Diferentemente de outros crimes, em que as vítimas fazem questão de denunciar, o silêncio é um ponto em comum entre as histórias. Porque existe a vergonha, o medo, a culpa. Existe ainda a família, em que o tema é um tabu. E existe uma voz forte, que é a literatura – declara Nurit.

(Fonte: [Revista Donna](#), Zero Hora, 03-05-2016. Matéria do jornalista Cauê Fonseca)

O site [Pode Gritar](#) entrou no ar em setembro de 2015. A proposta é que as vítimas de abuso sexual entrem em contato com os escritores e contem suas histórias. As narrativas, então, são reescritas em forma de relatos literários em primeira pessoa. Tanto a vítima quanto o escritor do relato assinam um termo de compromisso com cláusulas que asseguram a não identificação dos personagens e vetam qualquer uso comercial dos textos.

Respectivamente professor e aluna de oficinas literárias, Frizero e Nurit também contam com o trabalho voluntário de autores parceiros. Nesses casos, nem mesmo os escritores que recebem os relatos para transformá-los em literatura sabem a identidade de quem contou a sua história.

A inspiração veio do **Project Unbreakable** (Projeto Inquebrável), criado em 2011. Então com 19 anos, a fotógrafa americana Grace Brown fez e divulgou fotos de vítimas de violência sexual segurando cartazes em que se liam frases ditas pelos seus abusadores. Se assim se sentissem mais confortáveis, elas seguravam os cartazes sobre os rostos, ocultando as suas identidades. A iniciativa ganhou o mundo quando passou a receber colaborações espontâneas, e as pessoas passaram a enviar selfies com suas histórias. Em um dos casos de maior repercussão, a vítima mandou a foto ainda cheia de hematomas, momentos depois de ser espancada...existem mais histórias assim para serem contadas – diz Nurit.”

Até lá, grite. Para que todos ouçam.

Fonte: <http://ebooknews.com.br/atraves-da-literatura-projeto-online-da-voz-as-vitimas-de-abuso/>